



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

PEDIDO DE COMPRA: 000422 / 2026
EMIÇÃO: 19/03/2026
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Objetivo: LICITAÇÃO PARA FINS DE FORMAR REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA.

Justificativa: SUPRIR NECESSIDADE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DEMAIS SETORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA. CUMPRIR NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. MANTER OS AMBIENTES LIMPOS, HIGIENIZADOS, INIBINDO A PROLIFERAÇÃO DE MICROORGANISMOS E AGENTES PATÓGENOS QUE PODEM CAUSAR SURTOS DE DOENÇAS.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços parcelados de dedetização, desratização e desinfecção de reservatórios d'água.

Os serviços têm natureza comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII a, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Ata de Registro de Preços resultante deste processo terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por igual período de tempo. O contrato que vier a decorrer desta Ata possuirá vigência de acordo aos Arts.105 a 114 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

Os materiais objetos deste termo de referência são considerados de natureza comum, sendo que seus quantitativos e especificações são os abaixo elencados:

ITEM 01 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, PERÍMETRO URBANO- MÍNIMO: 100 m² MÁXIMO: 108.000 m²

Controle integrado de pragas como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

O controle deverá ser efetuado através de pulverização, deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (exterminio imediato) e poder residual (permanência no local tratado por um período de noventa dias). Colocação de iscas para ratos. O serviço de controle de roedores terá como alvo os *rattus norvegicus* (rato de esgoto), *rattus rattus* (rato de telhado ou rato caseiro) e os *mus musculus* (camundongo) e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas) em que se denuncie a presença desse tipo de animais.

O serviço deverá ser executado internamente (paredes, rodapés, cantos, etc) em todas as áreas internas, como salas (de aula, de professores, de direção), cozinha, banheiros, depósitos, biblioteca. Em áreas externas incluindo saguão, quadras de esporte, caixas de esgoto/gordura, caixas de fiação, ralos e grelhas, e em todas as áreas com possibilidade de focos, inclusive pátio com grama. Os produtos aplicados não deverão manchar o piso, paredes e mobiliários.

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses, serem aprovados e devidamente registrados no Ministério da Saúde. A CONTRATADA deverá efetuar, dentro do período de garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas.

Os serviços deverão ser executados fora do horário/turno de funcionamento ou nos finais de semana. Os endereços serão disponibilizados na ordem de serviço.

A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução de serviço para cada local, conforme legislação, com registro junto à Vigilância Sanitária e assinatura do responsável técnico.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

ITEM 02 PREST. SERV. DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'ÁGUA 1.000L - PER. URBANO MÍNIMO: 01 uni



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

MAXIMO: 140 uni

Eliminar microorganismos que chegam pela água ou por minúsculas frestas na tampa, ou ainda levada por insetos e animais que chegam de uma ou de outra forma.

A empresa deverá fornecer fotos digitais do serviço realizado internamente no reservatório (antes e depois do serviço realizado) e um parecer técnico das condições internas do reservatório. O reservatório deverá ser esvaziado e esfregado as paredes, o fundo e a tampa, utilizando esponja, bucha e escova (com cerdas macias) ou panos limpos.

Realizar o desligamento do registro de entrada de água. Utilizar a água da própria caixa d'água para realização da limpeza. Higienização e de desinfecção através de produto químico bactericida, específico para essa finalidade, afim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente com água e a desinfecção final.

A limpeza física e desinfecção química (cloro) dos respectivos reservatórios de água potável

devem estar de acordo com as exigências do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo este serviço realizado na parte interna do reservatório, atendendo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

ITEM 03 PREST. SERV. DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'ÁGUA 500L - PER. URBANO MÍNIMO: 01 uni
MÁXIMO: 50 uni

Controle integrado de pragas como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

O controle deverá ser efetuado através de pulverização, deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (exterminio imediato) e poder residual (permanência no local tratado por um período de noventa dias). Colocação de iscas para ratos. O serviço de controle de roedores terá como alvo os *rattus norvegicus* (rato de esgoto), *rattus rattus* (rato de telhado ou rato caseiro) e os *mus musculus* (camundongo) e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas) em que se denuncie a presença desse tipo de animais.

O serviço deverá ser executado internamente (paredes, rodapés, cantos, etc) em todas as áreas internas, como salas (de aula, de professores, de direção), cozinha, banheiros, depósitos, biblioteca. Em áreas externas incluindo saguão, quadras de esporte, caixas de esgoto/gordura, caixas de fiação, ralos e grelhas, e em todas as áreas com possibilidade de focos, inclusive pátio com grama. Os produtos aplicados não deverão manchar o piso, paredes e mobiliários.

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses, serem aprovados e devidamente registrados no Ministério da Saúde. A CONTRATADA deverá efetuar, dentro do período de garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas.

Os serviços deverão ser executados fora do horário/turno de funcionamento ou nos finais de semana. Os endereços serão disponibilizados na ordem de serviço.

A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução de serviço para cada local, conforme legislação, com registro junto à Vigilância Sanitária e assinatura do responsável técnico.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

ITEM 04 PREST. SERV. DE DETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO PER. RURAL MÍNIMO: 100 m² MÁXIMO: 10.000,00 m²

Controle integrado de pragas como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

O controle deverá ser efetuado através de pulverização, deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (exterminio imediato) e poder residual (permanência no local tratado por um período de noventa dias). Colocação de iscas para ratos. O serviço de controle de roedores terá como alvo os *rattus norvegicus* (rato de esgoto), *rattus rattus* (rato de telhado ou rato caseiro) e os *mus musculus* (camundongo) e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas) em que se denuncie a presença desse tipo de animais.

O serviço deverá ser executado internamente (paredes, rodapés, cantos, etc) em todas as áreas internas, como salas (de aula, de professores, de direção), cozinha, banheiros, depósitos, biblioteca. Em áreas externas incluindo saguão, quadras de esporte, caixas de esgoto/gordura, caixas de fiação, ralos e grelhas, e em todas as áreas com possibilidade de focos, inclusive pátio com grama. Os produtos aplicados não deverão manchar o piso, paredes e mobiliários.

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses, serem aprovados e devidamente registrados no Ministério da Saúde. A CONTRATADA deverá efetuar, dentro do período de garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas.

Os serviços deverão ser executados fora do horário/turno de funcionamento ou nos finais de semana. Os endereços serão disponibilizados na ordem de serviço.

A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução de serviço para cada local, conforme legislação, com registro junto à Vigilância Sanitária e assinatura do responsável técnico.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

ITEM 05 PREST. SERV. DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'AGUA 1.000L - PER. RURAL MÍNIMO: 01 uni MÁXIMO: 30 uni

Eliminar microorganismos que chegam pela água ou por minúsculas frestas na tampa, ou ainda levada por insetos e animais que chegam de uma ou de outra forma.

A empresa deverá fornecer fotos digitais do serviço realizado internamente no reservatório (antes e depois do serviço realizado) e um parecer técnico das condições internas do reservatório. O reservatório deverá ser esvaziado e esfregado as paredes, o fundo e a tampa, utilizando esponja, bucha e escova (com cerdas macias) ou panos limpos.

Realizar o desligamento do registro de entrada de água. Utilizar a água da própria caixa d'água para realização da limpeza. Higienização e de desinfecção através de produto químico bactericida, específico para essa finalidade, afim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente com água e a desinfecção final.

A limpeza física e desinfecção química (cloro) dos respectivos reservatórios de água potável devem estar de acordo com as exigências do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo este serviço realizado na parte interna do reservatório, atendendo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

ITEM 06 SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS D'AGUA 3.000L - PERÍMETRO URBANO MÍNIMO: 01 uni MÁXIMO: 20 uni

Eliminar microorganismos que chegam pela água ou por minúsculas frestas na tampa, ou ainda levada por insetos e animais que chegam de uma ou de outra forma.

A empresa deverá fornecer fotos digitais do serviço realizado internamente no reservatório (antes e depois do serviço realizado) e um parecer técnico das condições internas do reservatório. O reservatório deverá ser esvaziado e esfregado as paredes, o fundo e a tampa, utilizando esponja, bucha e escova (com cerdas macias) ou panos limpos.

Realizar o desligamento do registro de entrada de água. Utilizar a água da própria caixa d'água para realização da limpeza.



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

Higienização e de desinfecção através de produto químico bactericida, específico para essa finalidade, afim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente com água e a desinfecção final.

A limpeza física e desinfecção química (cloro) dos respectivos reservatórios de água potável devem estar de acordo com as exigências do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo este serviço realizado na parte interna do reservatório, atendendo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

ITEM 07 PREST. SERV. DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'ÁGUA 15.000L - MÍNIMO: 01 uni MÁXIMO: 20 uni

Eliminar microorganismos que chegam pela água ou por minúsculas frestas na tampa, ou ainda levada por insetos e animais que chegam de uma ou de outra forma.

A empresa deverá fornecer fotos digitais do serviço realizado internamente no reservatório (antes e depois do serviço realizado) e um parecer técnico das condições internas do reservatório. O reservatório deverá ser esvaziado e esfregado as paredes, o fundo e a tampa, utilizando esponja, bucha e escova (com cerdas macias) ou panos limpos.

Realizar o desligamento do registro de entrada de água. Utilizar a água da própria caixa d'água para realização da limpeza. Higienização e de desinfecção através de produto químico bactericida, específico para essa finalidade, afim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente com água e a desinfecção final.

A limpeza física e desinfecção química (cloro) dos respectivos reservatórios de água potável devem estar de acordo com as exigências do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo este serviço realizado na parte interna do reservatório, atendendo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se detalhado no ESTUDO TECNICO PRELIMINAR anexo a este TERMO DE REFERENCIA.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante da necessidade da administração municipal foi definida que a melhor solução para atender a necessidade de dedetizar e desratizar os espaços públicos é a Solução 02 – Contratação de Empresa Especializada, que terá como objeto a prestação de serviços de controle de pragas urbanas nos ambientes internos e externos, bem como na limpeza e desinfecção das caixas d'água, é essencial para garantir condições adequadas de higiene e segurança sanitária.

Realização dos serviços:

Serviço de dedetização, desratização: controle integral de pragas com associação de medidas sanitárias preventivas e medidas curativas, mediante aplicação de biocidas específicos para cada tipo de praga domiciliar e de uso autorizado em estabelecimentos de ensino e de saúde, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, EPIs, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução dos serviços. O serviço deverá ser executado internamente (paredes, rodapés, cantos, etc) e externamente (paredes, cantos, gramas, rede sanitária, rede de águas pluviais, caixa de passagem e



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

gordura), tendo como objetivo o controle e extermínio de insetos rasteiros, voadores e roedores, com aplicação pelo sistema de pulverização e /ou ISCAS. Os produtos aplicados não deverão manchar o piso, paredes e mobiliários.

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses, serem aprovados e devidamente registrados no Ministério da Saúde. A CONTRATADA deverá efetuar, dentro do período de garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas. Os serviços deverão ser executados fora do horário/turno de funcionamento ou nos finais de semana. Os endereços serão disponibilizados na ordem de serviço. A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução de serviço para cada local, conforme legislação, com registro junto à Vigilância Sanitária e assinatura do responsável técnico.

Serviço de limpeza e desinfecção de reservatórios de água: eliminar microorganismos que chegam pela água ou por minúsculas frestas na tampa, ou ainda levada por insetos e animais que chegam de uma ou de outra forma. A empresa deverá fornecer fotos digitais do serviço realizado internamente no reservatório (antes e depois do serviço realizado) e um parecer técnico das condições internas do reservatório. O reservatório deverá ser esvaziado e esfregado as paredes, o fundo e a tampa, utilizando esponja, bucha e escova (com cerdas macias) ou pano limpo. Realizar o desligamento do registro de entrada de água. Utilizar a água da própria caixa d'água para realização da limpeza.

Os profissionais que irão executar os serviços de dedetização e desinfecção de reservatório d'água devem ser registrados na empresa, ser devidamente qualificados e possuir os treinamentos exigidos pelas Normas Regulamentadoras NR-35, que aborda o trabalho em altura.

A contratada deve fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 06.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços têm natureza comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII a, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PECULIARIDADES DO SERVIÇO: DESCRIÇÃO/CARACTERÍSTICAS:

Contratação de empresa especializada, para prestação de serviço de dedetização, desratização, desinfecção de reservatórios de água a ser realizado nos prédios públicos municipais.

Serviço de dedetização, desratização:

Os serviços consistem no controle integrado de pragas como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

Serviço de dedetização, desratização:

Os serviços consistem no controle integrado de pragas como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

O controle deverá ser efetuado através de pulverização, deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (extermínio imediato) e poder residual (permanência no local tratado por um período de noventa dias). Colocação de iscas para ratos. O serviço de controle de roedores terá como alvo os *rattus norvegicus* (rato de esgoto), *rattus rattus* (rato de telhado ou rato caseiro) e os *mus musculus* (camundongo) e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas) em que se denuncie a presença desse tipo de animais.

O serviço deverá ser executado internamente (paredes, rodapés, cantos, etc) em todas as áreas internas, como salas (de aula, de professores, de direção), cozinha, banheiros, depósitos, biblioteca. Em áreas externas incluindo saguão, quadras de esporte, caixas de esgoto/gordura, caixas de fiação, ralos e grelhas, e em todas as áreas com possibilidade de focos, inclusive pátio com grama. Os produtos aplicados não deverão manchar o piso, paredes e mobiliários.

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses, serem aprovados e devidamente registrados no Ministério da Saúde. A CONTRATADA deverá efetuar, dentro do período de garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas.

Os serviços deverão ser executados fora do horário/turno de funcionamento ou nos finais de semana. Os endereços serão disponibilizados na ordem de serviço.



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução de serviço para cada local, conforme legislação, com registro junto à Vigilância Sanitária e assinatura do responsável técnico.

Serviço de limpeza e desinfecção de reservatórios de água:

Eliminar microorganismos que chegam pela água ou por minúsculas frestas na tampa, ou ainda levada por insetos e animais que chegam de uma ou de outra forma.

A empresa deverá fornecer fotos digitais do serviço realizado internamente no reservatório (antes e depois do serviço realizado) e um parecer técnico das condições internas do reservatório. O reservatório deverá ser esvaziado e esfregado as paredes, o fundo e a tampa, utilizando esponja, bucha e escova (com cerdas macias) ou panos limpos.

Realizar o desligamento do registro de entrada de água. Utilizar a água da própria caixa d'água para realização da limpeza. Higienização e de desinfecção através de produto químico bactericida, específico para essa finalidade, afim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente com água e a desinfecção final.

A limpeza física e desinfecção química (cloro) dos respectivos reservatórios de água potável

devem estar de acordo com as exigências do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo este serviço realizado na parte interna do reservatório, atendendo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Para a execução dos serviços:

A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo, insumos, mão de obra, ferramentas, equipamentos, máquinas, EPI, EPC, uniformes e transportes necessários à execução dos serviços.

A prestação do serviço ocorrerá nas Unidades Escolares e demais prédios de responsabilidade do Município, conforme endereços relacionados na ordem de fornecimento.

Todos os equipamentos/serviços ofertados deverão estar de acordo com as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras Normas Brasileiras. Todos os produtos saneantes desinfetantes utilizados devem estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes- ANVISA

ITEM 01 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, PERÍMETRO URBANO

ITEM 02 PREST. SERV. DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'AGUA 1000L - PER. URBANO

ITEM 03 PREST. SERV. DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'AGUA 500L - PER. URBANO

ITEM 04 PREST. SERV. DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO PER. RURAL

ITEM 05 SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'AGUA 1000L - PER. RURAL

ITEM 06 SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS D'AGUA 3000L - PERÍMETRO URBANO

ITEM 07 SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERV. D'AGUA 15000L - PERÍMETRO URBANO

2- PRAZO, FORMA E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

2.1. Os serviços contratados se darão de acordo com as quantidades solicitadas pela secretaria requisitante, sendo que a prestação do serviço se dará no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE.

2.2. A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÁ SER FEITA SEM CUSTOS PARA O MUNICÍPIO.

2.3. Conforme disposição Decreto Municipal n.º 6.872/2022. O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado o quantitativo originalmente registrado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

* manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto n.º 6.871, de 27 de dezembro de 2022;



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

* haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; * estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);

* a prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência. O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com a disposições nela contidas e em observância aos arts.105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. o recebimento do objeto não exclui responsabilidade do licitante contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelos usuários.

2.5. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo de 72 horas, contados de sua notificação.

2.6. Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

2.7. A nota fiscal deverá ser entregue junto com o objeto.

2.8 A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente às disposições legais pertinentes. 2.9. O objeto do presente contrato será recebido: PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer imediatamente após a entrega do objeto, pela CONTRATADA, mediante recibo. DEFINITIVAMENTE por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório.

3. PAGAMENTO: 3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. 3.2. Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos; 4.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. 4.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso. 4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; 4.5. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste



contrato. 4.6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. 4.6.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. 4.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

São obrigações da CONTRATADA:

4.8. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. 4.9. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos. 4.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 4.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos; 4.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; 4.13. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 4.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com



deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.15. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

5. SANÇÕES:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I- dar causa à inexecução parcial do contrato; II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III- dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I- advertência; II- multa; III- impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6. EXTINÇÃO

6.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. 6.2.artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 6.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. 6.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021). 6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para fornecimento do objeto pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Habilitação jurídica: Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual; Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica; Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista: Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou um nicipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho; Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (realizada diretamente no sistema quando do lançamento da proposta).

Habilitação econômico-financeira: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

CAPACIDADE TÉCNICA

a) Alvará de licença sanitária ou documento equivalente emitido pelo órgão sanitário competente; b) Alvará de licença ambiental ou documento equivalente emitido pelo órgão ambiental competente; c) Certificado de registro da empresa junto ao Conselho



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

Regional competente; d) Certidão de registro do responsável técnico no Conselho Regional competente na qual conste atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, serviços de complexidade semelhante ao objeto desta licitação; e) Declaração do responsável técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades compatíveis com o objeto, de que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação, conforme RDC nº 622/2019 publicada pela ANVISA.f) Os profissionais que irão executar os serviços de dedetização e desinfecção de reservatório d'água devem ser registrados na empresa, ser devidamente qualificados e possuir os treinamentos exigidos pelas Normas Regulamentadoras NR-35, que aborda o trabalho em altura.

A Ata de Registro de Preços resultante deste processo terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por igual período de tempo. O contrato que vier a decorrer desta Ata possuirá vigência de acordo aos Arts.105 a 114 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Após a adjudicação e homologação pela autoridade superior, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para assinatura da ata. Após a assinatura da ata registro de preços pelos licitantes vencedores e o cumprimento integral das disposições contidas no instrumento convocatório. Os serviços contratados se darão de acordo com as quantidades solicitadas pela secretaria requisitante, sendo que a prestação do serviço se dará no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 6.910, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de SÃO LUIZ GONZAGA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021". A gestão da ata de registro de preços e a execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do CONTRATANTE, através das servidoras Adriana Vilanova Dal Santo e Rosnelli Antonini a quem competirá comunicar ao Gestor do Contrato as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato e solicitar a correção das mesmas. A Secretária Municipal de Educação, Sra. Nara Lucia Mendes Klasen será o Gestor do contrato. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados. A CONTRATADA DEVE SE COMPROMETER EM ENTREGAR O OBJETO EM CONFORMIDADE COM ESTE TERMO DE REFERENCIA E LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, BEM COMO A PROPOSTA APRESENTADA * As demais secretarias indicarão seus fiscais e gestores caso optem pela realização de termo de contrato, não eximindo sua responsabilidade quanto aos seus pedidos/quantitativos durante a ata de registro de preços.

MATRICULA:

ADRIANA VILANOVA DAL SANTO 2379

ROSNELILI ANTONINI 2881.

As demais secretarias terão como gestor e fiscais:

Secretaria Municipal de Administração

Gestor Leonardo Antunes pinto;

Fiscal titular: Marcia Klein Nunes, matrícula 2470;

Fiscal suplente: Saulo Marques Ramos, matrícula 6557.

Secretaria do Planejamento, Inovação e Desenvolvimento

Gestor Révis Catiano Feijó Moura, matrícula 4337;

Fiscal titular: Daiana Canabarro Heinzmann, matrícula 6011;

Fiscal suplente: Igor Machado kist, matrícula 6074.

Secretaria de Saúde

Gestor: Clari Ramborger, matrícula 6055;

Fiscal titular: Katiele dos Santos Almeida, matrícula 4084;

Fiscal titular: Arieli Vieira Marques, matrícula 6102.



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Gestor: Lauro Weber

Fiscal titular: Rene Domeraski, matrícula 6418;

Fiscal suplente: Vanderlei Rebolho, matrícula 6412.

Secretaria de Turismo e Cultura

Gestor: Leandro da Silva Grings, matrícula 6056;

Fiscal titular: Datiele Enise Puiatti, matrícula 6345;

Fiscal suplente: Patrícia Melo Terra, matrícula 6419.

Secretaria Desenvolvimento Social e Habitação

Gestor: Nélvia Leticia Tavares

Fiscal titular: Luiz Pinto Machado, matrícula 1715;

Fiscal suplente: Viviani Domeraski Mattioni da Motta, matrícula 6069.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme o que tem disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório, na modalidade de pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos lei federal nº 14.133/2021. As propostas devem ser apresentadas dentro do orçamento estimado para a contratação, de acordo com a estimativa de valores apresentados no mapa comparativo de preços.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 163.470,10. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga. RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”. As pesquisas de Preços foram realizadas no Licitacon rs e com IA

Para o item 04 foi realizada cotação com fornecedores, considerando que nos sites de busca não encontramos o mesmo objeto(serviço realizado no perímetro rural), sendo que apenas 02 fornecedores responderam a cotação.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, sem prejuízo da possibilidade de emissão de reforços ou anulações, em razão da disponibilidade orçamentária, ou de novas determinações



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 11/06/2026

Hora: 09:08:54

legais. Seguintes dotações:

0801.12.0122.0220.2,053.3390.39 - vínculo 500/1001

0802.12.0361.0230.2,056.3390.39 - vínculo 0500/1001

0802.12.0365.0230.2,057.3390.39- vínculo 0500/1001

0802.12..0122.0230. 2,063.3390.39- vínculo 0500/1001